ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Expeça - se	
Publique - se	
2017-07-21	
O Secretário da Mesa	
Duarte Pacheco (Assinatura Qualificada)	Digitally signed by Duarte Pacheco (Assinatura Qualificada) Date: 2017.07.21 11:13:05 +01:00 Reason: Location:

☐ **REQUERIMENTO** Número / (.ª)

☒ **PERGUNTA** Número 4799 / XIII (2 .ª)

Assunto: Discriminação da Imprensa Local e Regional pela Autoridade Nacional de Proteção Civil

Destinatário: Min. da Cultura

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Grupo parlamentar do PSD tomou conhecimento, através do Comunicado da Autoridade Nacional de Proteção Civil, divulgado no dia 18 de julho, que, no decorrer da fase Charlie do DECIF, período mais crítico de combate aos incêndios, a Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) irá realizar dois briefings diários com os jornalistas para efetuar o ponto de situação sobre os incêndios rurais que se registam no país.

Refere o referido Comunicado que os briefings terão lugar na sede da ANPC, em Carnaxide, às 9:00 horas e 19.00 horas e acrescenta que às terças-feiras, pelas 12.00 horas, a seguir ao briefing do Centro de Coordenação Operacional Nacional (CCON), o Comandante Operacional Nacional, Rui Esteves, fará um ponto se situação mais alargado relativo à situação do país, aos dados relativos à semana anterior e às expetativas para a semana seguinte.

A bancada do PSD, para além de surpreendida, mostra-se indignada com esta medida tomada pelo Governo. Uma medida que traduz uma falta de respeito, assim como um total desconhecimento pelo importante e intenso trabalho de proximidade que desempenha a Imprensa Regional, determinante nos dias de hoje pelo papel de serviço público que presta. Quando o Governo olha o país com a visão estreita do centralismo, a partir de Lisboa – dois briefings dados na sede da ANPC, em Carnaxide –, está a dar um sinal de discriminação, desvalorizando o papel importantíssimo que a imprensa regional desenvolve. Retira aos meios de comunicação local e regional a possibilidade de trabalhar com informação na hora, essencial para levar a cabo a sua função. Esses meios de comunicação passam a dispor apenas de informação à posteriori dado que não dispõe de meios para custear deslocações diárias a Lisboa.

O Grupo parlamentar do PSDlamenta que o Governo não tenha tido em linha de conta o papel altamente relevante que consiste no jornalismo de proximidade.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentaisaplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD vem, por este meio, dirigir ao governo, através doMinistério da Cultura, as seguintes perguntas:

1. O atual governo comprometeu-se a "*Assegurar as liberdades de expressão e informação dos*

*órgãos de comunicação social".*Enquanto tutela da pasta da Comunicação Social e perante a medida agora tomada, o Senhor Ministro reconhece-se como verdadeiro responsável da pasta da Comunicação Social?

1. O Senhor Ministro da Cultura vai assistir passivamente a esta tomada de decisão ou vai agir em conformidade com o que a Imprensa Regional espera de quem a tutela, tomando medidas que não deixem os meios de comunicação local e regional à margem dos acontecimentos?

Palácio de São Bento, quinta-feira, 20 de Julho de 2017

Deputado(a)s

SUSANA LAMAS(PSD)

PEDRO DO Ó RAMOS(PSD)

SÉRGIO AZEVEDO(PSD)

PEDRO PIMPÃO(PSD)

SARA MADRUGA DA COSTA(PSD)

HELGA CORREIA(PSD)

Nos termos do Despacho n.º 1/XIII, de 29 de outubro de 2015, do Presidente da Assembleia da República, publicado no DAR, II S-E, n.º 1, de 30 de outubro de 2015, a competência para dar seguimento aos requerimentos e perguntas dos Deputados, ao abrigo do artigo 4.º do RAR, está delegada nos Vice-Presidentes da Assembleia da República.